

Cristo na era do Big Brother

João Carlos Cattelan
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Resumo: *Está bem estabelecido que o sujeito se constitui entre textos e discursos, por meio de relações intertextuais e interdiscursivas com vozes que o antecederam. Nos estudos que se voltam para essa problemática, o pêndulo ora torce para o lado do eu, ora para o lado do tu. Busco, aqui, efetuar um conjunto de reflexões com o objetivo de elucidar um princípio que determina a constituição do sujeito, orienta o jogo entre ele e o outro e define o (des)arranjo produzido por meio da tentativa (inútil, mas necessária) de se dar completude e garantir um princípio de unicidade contra a heterogeneidade massiva típica da subjetividade. Esse princípio é o da existência de uma formação discursiva e ideológica nodal que submete todas as demais aos seus ditames e ao seu fio avaliativo próprio.*

Palavras-chave: *Intertexto. Interdiscurso. Unicidade. Sujeito.*

Introdução

Dentre as várias formas de compreensão sobre quem é o produtor do texto (falante, orador, locutor, enunciador, sujeito, Sujeito, outro, Outro, autor)¹, tomo uma como contraponto crucial para o estabelecimento da relação polêmica e contraditória que pretendo apresentar no decorrer das reflexões apresentadas neste estudo. Ela diz respeito à assunção teórica de que aquele que produz o tecido material dos significantes (a textualidade, a discursividade, o intradiscurso, o engendramento do texto) é um conjunto de máscaras ou um suporte de diversos papéis que fazem com que, em cada caso e a cada vez, de forma relativamente intencional e espontânea, ele se travista e

¹ Apesar da flutuação de terminologia e de concepção que se refere a cada emprego conceitual, me reporta a essa figura discursiva como “sujeito”, sem entrar em detalhes sobre a concepção teórica que adoto com relação a ela, uma vez que o foco da discussão está em outro lugar. De toda sorte, deixo claro que essa figura é, antes de qualquer coisa, discursiva e não de outra natureza qualquer, pois, no dizer, ele se revela.

transmute linguística e discursivamente conforme o que lhe cabe ou atende a interesses particulares. A forma conceptual já tornada canônica de exprimir essa compreensão é a que afirma que o sujeito é um conjunto de papéis, de vozes, de máscaras ou de representações (GOFFMANN, 2007; DUCROT, 1987).

Como elemento motivador e provocador da reflexão que objetivo fazer, outra concepção de sujeito talvez possa ser indicada, mas a que acabo de delinear de forma sumária e apressada me parece adequada didaticamente para os propósitos, que, assumo desde já, têm uma finalidade polêmica. Creio que seja perceptível que os conceitos mobilizados para caracterizar a concepção de sujeito como um conjunto de vozes, de papéis, de máscaras ou de representações indicia a concepção dramática que preside à formulação teórica, que, pode-se perceber, vale-se do cenário teatral para a delimitação do suporte metafórico de reflexão e de compreensão dos fenômenos.

Por consequência das formulações teóricas rapidamente esboçadas acima, dever-se-ia ter que admitir que o sujeito, tendo domínio e clareza das condições sócio-discursivas que o circundam, tem controle sobre o cenário dramático que o circunda e se conforma à situação sócio-comunicativa com que se depara, representando papéis e assumindo as máscaras mais oportunas. Dotado, pois, de uma intuição psicossociológica que o faria se antecipar ao público e às reações, controlaria a prática discursiva, adequando-se ao que é indicado para evitar a transgressão e a sanção negativa provinda do fato de ferir a face do interlocutor. Controle, consciência, intenção, domínio, previsão e precaução são termos que definem este estado de coisas: o sujeito seria autônomo, consciente e espontâneo.

Ora de esquerda, ora de direita; ora católico, ora umbandista; ora espontâneo, ora maquiavélico; ora liberal, ora conservador; ora bondoso, ora mal intencionado; ora, pai, ora filho; ora professor, ora aluno; ora genro, ora marido, o sujeito se esgueiraria pelos meandros da linguagem, fazendo o jogo do mundo e se antecipando às possíveis sanções provindas das transgressões ao que se acha instituído. Valendo-se de uma justaposição de papéis (este é o ponto crucial), ele se moveria nas

interações de que participa, vivendo de forma conveniente e conivente.

Como se pode perceber, há uma forma de concepção de sujeito (idealista) que o coloca como eixo central e nódulo fundamental de unificação da subjetividade. Apesar da superficialidade heterogênea e multiforme dos discursos, haveria, por parte dele, um controle psicológico e consciente de que papel, voz, representação ou máscara viver a cada momento. O sujeito seria o ator perfeito, pois seria o dono dos seus atos: tudo estaria sob a sua batuta. É contra a defesa de que o sujeito esteja no controle desta justaposição multiforme e protéica que pretendo tecer as reflexões à frente, defendendo que, por detrás da multiplicidade discursiva atestável, há uma formação discursiva nodal e um prisma avaliativo crucial que faz com que, por mais disperso que o sujeito pareça ser, ele é, no fim, orientado por um núcleo fundamental de formação que o obriga a vestir diferentes máscaras unificadas por uma só axiologia. Dito de outro modo: por detrás da heterogeneidade, da polifonia, das máscaras variadas e dos papéis distintos, há uma formação ideológica essencial que comanda a constituição subjetiva.

Posto de forma bastante abstrata (talvez), encontra-se o objetivo fundamental a ser perseguido por este estudo, que repito: o sujeito é, apesar da superfície multiforme que aparenta, comandado por um *hardcore* ideológico tirânico e monofônico. Alerto o meu leitor para o fato de que, paralelamente a esse objetivo (que considero de maior relevância: talvez nem o seja), outro se encontra à sombra e será explicitado oportunamente. Ele se encontra prenunciado no título dado a este artigo. Trata-se de tentar trazer à tona, à luz o exemplo empírico, que lugar, com relação à violência, é destinado a Cristo pelos cristãos no momento *high tech* em que vivemos. Pretendo, com a realização do percurso analítico feito à frente, dar visibilidade e plausibilidade tanto a um quanto a outro dos meus propósitos.

Algum suporte para reflexão

Dentre os conceitos que indiciam a constituição discursiva dispersa do sujeito (interdiscurso, intertextualidade, heterogeneidade e polifonia), retenho, em face dos objetivos traçados, apenas os dois primeiros, já que parecem responder melhor ao dado empírico que analiso e para a demonstração do que anunciei: que o sujeito possui um ponto fundamental de unificação da sua conduta avaliativa frente ao mundo, não sendo uma miscelânea heteróclita de posturas e posicionamentos². Dito de outro modo: embora ele viva, em superfície, papéis distintos e represente máscaras diferenciadas, elas são agrupadas e arranjadas por *um* foco de perspectiva. Dito de outro ainda: há um *hardcore* instalado no sujeito que o orienta como foco de redução da multiplicidade e da diversidade que superficialmente caracterizam o “seu” discurso. Além disso, esses conceitos me ajudarão a discernir que lugar cabe a Cristo no discurso dos cristãos frente à civilização *high tech* atual, quando se trata de dar atenção à necessidade de segurança frente à violência atual.

Para definir o conceito de interdiscurso, retomo a afirmação de Pêcheux (1995, p. 99) de que, ao invés de a linguagem dever ser considerada como uma ferramenta imperfeita, por fazer pressupor a existência do objeto de que se fala, ela revela que “há *separação, distância ou discrepância* na frase entre *o que é pensado antes, em outro lugar ou independentemente, e o que está contido na afirmação global*”. Seja a discrepância provocada pela retomada do pré-construído, pelo retorno do saber ou pelo “uso” do discurso transversal, a natureza do discurso é interdiscursiva, já que o discurso atual toma como objeto algo discursivizado, do qual diz algo já dito. Assim, o interdiscurso tem primazia sobre o discurso, dado que ele o determina e orienta o trabalho de reformulação

² Para que a afirmação não fique categórica demais e nem corra o risco de ser uma generalização exacerbada que sempre pode ruir sob o peso das evidências empíricas encontradas aqui ou ali, acho oportuno relativizar a tese assumida e dizer que, pelos menos, num conjunto bastante grande de situações ela é verificável.

parafrástica do já sabido e que provém de outro: anterior e independente.

Para didatizar o conceito, recorro a um enunciado trabalhado pelo autor às páginas 98 e 99: ‘Aquele que salvou o mundo morrendo na cruz nunca existiu’. De um ponto de vista estritamente lógico-racional, “Deveríamos, então, declar[á-lo] como absurdo e desprovido de qualquer sentido”, já que “o discurso do ateísmo militante nega, ‘na proposição em seu todo’, a existência daquele mesmo que ele pressupõe como existente”? Ou seja: como afirmar a inexistência daquele que é tomado como tendo morrido na cruz para salvar o mundo? Para a lógica, o enunciado seria paradoxal, por fazer pressupor a existência do que nega existir. Deve-se levar em conta que a lógica considera o enunciado produzido em termos de proposição e de valor de verdade, defendendo que a atribuição de um predicado a um objeto deve ser verificável no mundo objetivo. O fato de o enunciado revelar uma segunda proposição imiscuída à primeira se deveria, para os lógicos, à imperfeição da linguagem, da qual a lógica pretenderia se libertar pela criação de uma ideografia.

Para Pêcheux (1995), o pressuposto de existência assumido pelo enunciado não ocorre devido a um engano, engodo ou imperfeição da linguagem. Ele, o pressuposto, deve ser visto como o dito antes (o pré-construído assumido pelo discurso cristão) que é trazido para o discurso atual, que toma a crença em pauta como infundada e refutável. Antes do que estar em presença de um enunciado irracional, ilógico ou imperfeito, dever-se-ia admitir que ele se constrói pela tomada de posição de um discurso em relação ao outro, travando um embate polêmico e questionador. Contra a crença de que *Cristo morreu na cruz para salvar o mundo*, pertencente à Formação Discursiva do Cristianismo, erigir-se-ia o ponto de vista ateu, que defende a não-existência do ser tomado como objeto de discurso. Vê-se, de acordo com o autor, que nada há de paradoxal ou de irracional no enunciado, desde que ele não seja tomado como uma proposição lógica e especular em relação ao mundo, vivida em tempo narrativo, mas como a mescla heterogênea de pontos de vista não concomitantes e que

mantêm entre si um intervalo de tempo, que os distancia e os põe em discrepância.

Para Pêcheux (1995, p. 93), de um lado, haveria um pressuposto: *Cristo morreu na cruz para salvar o mundo* e, de outro, um posto, *Cristo nunca existiu*, cujo paradoxo aparente se explica pelas “contradições ideológicas que se desenvolvem através da unidade da língua” e que “são constituídas pelas relações contraditórias que mantêm, necessariamente, entre si os ‘processos discursivos’”. Detecta-se, no enunciado, uma primazia do interdiscurso sobre o discurso, pois o pressuposto teria sido produzido antes, em outro lugar e de modo independente, em outro “processo discursivo”; o posto, por outro lado, colocar-se-ia em confronto com ele, posteriormente, por meio de uma relação polêmica. Evanesce, pois, a relação ilógica aparente do enunciado, dado que ele não se constitui de uma proposição única, mas de dois enunciados provenientes de formações discursivas distintas ou de ambientes ideológicos diferentes e que se chocam desafiadoramente.

Para finalizar a tentativa de didatizar o conceito de interdiscurso, tido como um discurso que retoma outro a partir de um determinado prisma avaliativo (podendo ocorrer de modo parafrástico ou polissêmico), poder-se-ia parafrasear o enunciado em estudo como equivalente a: existe uma prática, um processo ou uma formação discursiva que crê que Cristo teria vindo ao mundo e morrido na cruz para salvar o mundo, que é um ponto de vista inaceitável para o horizonte de expectativa que o concebe como equivocado, o que acarreta uma negação de crença e não a criação de uma contradição interna à proposição. Para tanto, deve-se entender que, no enunciado, dois discursos se chocam e que ele se relaciona com a tentativa de criação de um conceito por meio da atribuição de uma propriedade não imputável a um objeto.

O interdiscurso é, portanto, a retomada de princípios de crenças provenientes de formações discursivas que retornam no discurso atual, os quais, tendo sido proferidos e assumidos antes, em outro lugar e independentemente, dão a matéria-prima para os discursos serem possíveis e os enunciados se tornarem aceitáveis, por meio da mobilização de fundamentos que os sustentam, seja

para dizerem o já dito por meio de paráfrase, seja para refutarem o já dito por meio da polêmica e da negação. Deve ficar estabelecido que o interdiscurso não constitui o discurso atual como um conjunto de elementos estruturais idênticos que retornam, mantendo a antiga roupagem, mas que a retomada traz com ela uma prática social enunciativa de atribuição de sentido ao mundo por meio de formas de dizer, o que leva à discussão do conceito de intertextualidade.

Proveniente dos Estudos Literários e reaproveitado pela Linguística Textual, o conceito de intertextualidade tem permitido discussões variadas sobre o seu modo de aplicação e de organização, o que conduz à criação de uma gama heteróclita de conceitos e de classificações: intertextualidade, hipotextualidade, hipertextualidade, intratextualidade, arquitextualidade, intertextualidade de forma e de conteúdo, explícita e implícita são alguns dos conceitos e classificações que podem ser encontrados nas reflexões que a tomam como foco de estudos. Apesar de, às vezes, mais embaralharem do que elucidarem o quadro, esses trabalhos têm importância, já que descrevem situações variadas de ocorrência e de uso do fenômeno: nada a reclamar; um objetivo e um recorte de olhar.

Uso, neste estudo, o conceito de intertextualidade num sentido bem estrito, atendendo ao que é proposto por Jenny (1979, p. 14):

Para isso, propomo-nos falar de intertextualidade tão só desde que se possa encontrar num texto elementos anteriormente estruturados, para além do lexema, naturalmente, mas seja qual for o seu nível de estruturação. Desse fenômeno, distinguir-se-á a presença num texto duma simples alusão ou reminiscência, isto sempre que se verifica o aproveitamento de uma unidade textual abstraída do seu contexto e inserida assim mesmo num novo sintagma textual, a título de elemento paradigmático.

Aplico o conceito de intertextualidade apenas aos casos em que a citação se reporta a uma existência empírico-formal atestável, tendo, portanto, o intertexto (o fragmento citado) uma

proveniência verificável em termos de concretude anterior pertencente a uma obra. Como espero poder demonstrar, o objeto de investigação cuja constituição eu analiso se vale de, pelo menos, três ocorrências intertextuais: todas elas são retomadas de textos concretos anteriores.

Ressalvo, porém, que, ao me valer do conceito de intertextualidade, não o faço como se faz, às vezes, entendendo-a como a necessidade de reconhecer o intertexto para preencher a inteligibilidade textual e parecendo que a percepção e o conhecimento do texto anterior têm apenas a função de provocar o fechamento e a completude da leitura da estrutura textual atual, que, assim, seria independente das suas condições de produção. Entendo que a relação entre textos é, mais do que isso, uma relação entre formações discursivas, ambas resultado de posicionamentos sócio-discursivos e não de estruturas autossuficientes que se autorrevelam. Considero, fazendo coro a Bakhtin (1997, p. 144), que “O discurso citado é *o discurso no discurso, a enunciação na enunciação*, mas é, ao mesmo tempo, um *discurso sobre o discurso, uma enunciação sobre a enunciação*” (grifos do autor), com a ressalva de que a enunciação não se constitui numa atividade propriamente individual, mas que resulta de uma prática social circunscrita.

Faço uma observação final antes de fechar a seção. Entendida a intertextualidade como a retomada material de um texto cuja existência empírica é atestável e que foi produzida à luz de um conjunto de coerções sociais, ela se diferencia do interdiscurso, na medida em que ele remete a relações entre formações discursivas socialmente organizadas, com posicionamentos distintos, mas não está ancorado na prática citacional de intertextos, embora a sua pertinência deva ser atestada com marcas estruturais. Dito de outro modo: toda a prática intertextual é interdiscursiva, mas a prática interdiscursiva não é necessariamente intertextual. Nuances.

Cabe fazer mais um alerta antes de iniciar o movimento analítico: valho-me desses conceitos em especial, porque eles serviriam para atestar a constituição multifacetada do sujeito, assim como propõe a percepção que indiquei no início deste

texto e contra a qual pretendo me colocar. O dado posto em foco indica, sim, que o sujeito é polifônico, um conjunto de máscaras, uma série de papéis, um feixe de representações, mas o que pretendo mostrar é que essa mistura heteróclita está submetida a *um* princípio ideológico em recuo, que os subordina e os determina. Além disso, como disse, pretendo compreender que lugar é dado a Cristo na civilização tecnológica atual.

Sorria, Jesus está te olhando³

Penso ser razoável supor que um grande número de leitores percebe que o enunciado *Sorria, Jesus está te olhando*, tem sua origem atrelada a outro anterior, bastante comum em estabelecimentos públicos: *Sorria, você está sendo filmado*. Principalmente, em virtude de o termo inicial *Sorria* e de a segunda parte alertar o interlocutor para o fato de que ele tem as suas ações observadas, entendo que esses enunciados se encontram em relação parafrástica e realizam uma só injunção performativa ameaçadora, embora o façam com enunciados constituídos de modos diferenciados.

Parto da premissa de que, frente a um enunciado, seja óbvio que o leitor se interroga, mesmo que inconscientemente, sobre *por que me falam assim*: alguém já disse que somos escravos do sentido. Defendo que seria inusitado, frente a *Sorria, você está sendo filmado*,



alguém olhar para a câmera e sorrir, embora não seja impossível que isto aconteça. O leitor percebe que o alerta não se destina a fazê-lo sorrir para sair melhor na filmagem, mas que se encontra

³ O cartaz analisado foi fotografado na porta de uma loja de fantasias e, pelo fato de ter sido solicitado pelo dono da loja que o nome da mesma não fosse divulgado, a análise incide apenas sobre o fato de que ela é um estabelecimento comercial, o que deve ser suficiente para que o leitor possa me acompanhar na reflexão.

frente a um aviso de que ações que venham a infringir o que pode e deve ser feito nas circunstâncias em que se encontra serão punidas, sendo a filmagem efetuada usada contra ele como meio de prova da infração cometida. Dizendo de outro modo: o leitor sabe que a filmagem a que está sendo submetido sem seu consentimento tem uma finalidade única: mantê-lo sob controle e vigia, para que não transgrida preceitos sociais estabelecidos, podendo vir a ser penitenciado, caso aja em des-ac-ordo. O enunciado em pauta se encontra, portanto, atravessado pela formação discursiva da vigia panóptica⁴ sobre o corpo, a qual tem seus sustentáculos amparados pela civilização *high tech* atual e pelo aparelho jurídico que dá o suporte necessário para que as penalidades possam ser infligidas quando julgadas procedentes.

Relacionado de forma parafrástica com o enunciado comentado, *Sorria, Jesus está te olhando* também alerta o interlocutor para o fato de que está sendo vigiado e deve se comportar ao sabor da doxa convencional, embora, neste caso, transfira o olho panóptico para uma entidade tida e crida como onisciente e onipresente: Jesus; portanto, muito mais poderosa do que a câmera de filmagem. A refacção do intertexto parece, por decorrência, tornar mais efetiva a vigília sobre as atitudes do outro e recrudescer o tom ameaçador que sobredetermina o enunciado, pois, agora, não é mais sobre o corpo que paira a ameaça, mas sobre a alma, que corre o risco de ser ameaçada em sua imortalidade. Ser vigiado por Jesus, que está olhando, e não por uma câmera que filma parece ser mais ameaçador e infinitamente mais infalível: um controle incontornável.

O deslocamento do primeiro enunciado para outra modalidade de controle, que tem as mesmas finalidades, mas que se amplia exponencialmente em termos do alcance de percepção e de poder de punibilidade, traz da área da tecnologia do *big*

⁴ Tomo emprestado o conceito de *panoptismo* da obra *Vigiar e Punir* de Michel Foucault. Nela, por meio de um estudo sobre a forma de as prisões serem arquiteturalmente pensadas, o autor mostra que tudo se organiza no sentido de permitir a manutenção de uma vigia constante e inescapável sobre todos. Depois, o autor transfere esse princípio para a forma de organização do mundo do trabalho e para a sociedade em geral.

brother para o campo religioso a responsabilidade pela vigia e o interlocutor a quem o transgressor terá que prestar contas, se cair em tentação de fazer o que não deve. Parece plausível defender que o locutor do cartaz, apesar de fazer migrar, parafrasticamente, de uma formação discursiva para outra o enunciado, está sendo orientado e determinado por um nódulo discursivo central que age sobredeterminando o componente religioso pelo tecnológico. Dito de outro modo: Jesus está olhando e, embora ele possa fazê-lo sem uma câmera, o locutor não abre mão dela, que está à vista na entrada do estabelecimento. Se a vigília constante precisa ser instituída à luz das condições da criminalidade atual, que o seja sob as determinações daquilo que uma crença dita como eficaz: que a atividade seja realizada, mas sob a perspectiva tecnológica. O recurso a Jesus não é mais, pois, do que uma tentativa débil de persuadir o outro para que aja ao sabor da doxa convencional cristã, mas o locutor não deixa de se garantir com algo a mais, caso essa primeira estratégia não dê resultado: aqui está o ponto maior de confiança e garantia.

O prisma avaliativo ao abrigo do qual o enunciado atual se coloca, coerentemente com a sua formação discursiva, também sofre uma guinada, passando de uma injunção repressiva para outra persuasiva: uma alteração de *ethos*⁵ sócio-discursivo o acompanha. A flexão verbal imperativa *sorria* que encabeça o enunciado cumpre, no texto citado, um alerta ameaçador, que, apesar de simular uma entonação orientadora e aconselhadora, é francamente destinado à repressão, fazendo inferir que pode pôr em andamento o aparelho punitivo policial, se isso for necessário. No texto citante, a flexão verbal parece migrar para um tom que se destina a aconselhar persuasivamente, pondo-se como uma bondosa recomendação, e não como a intimidação

⁵ Tomo *ethos* no sentido de um posicionamento sócio-discursivo destinado a criar uma imagem daquele que fala perante o seu interlocutor, o que pode ser construído, conjuntamente ou em separado, pela disposição corporal ou pela entonação dada à voz. Apenas friso que o *ethos* aqui não deriva de alguma decisão consciente de caráter individual ou subjetivo por parte daquele que fala, mas vem previamente definido pelas condições de produções do discurso em que ele se coloca e que o definem.

verificada anteriormente. Entendo que o tom ameaçador do primeiro caso parece passar à doçura e à ternura da modalidade de enunciação do discurso religioso, embora deva admitir que tal passagem não é definitivamente assumida, sendo subsumida pela mesma orientação ameaçadora do enunciado inicial.

Por outro lado, a transformação de *você está sendo filmado*, em que o enunciado soa como ameaçador e repressivo, buscando demover à força e por confrontação quem pretenda cometer uma infração, em *Jesus está te olhando*, simula um tom amigável de aconselhamento e de boa vontade que busca persuadir que a infração reside no terreno do pecaminoso contra uma entidade superior que transcende aquela que seria a vítima imediatamente agredida. Há, pois, uma alteração da enunciação sectária e que ameaça de represália, para um convite amigável à mudança comportamental: uma conversão. Como afirma Jenny (1979, p. 45), na prática da citação, trata-se de “pôr em relevo os sintagmas empedernidos (as mitologias) anquilosados nas frases, distanciar-se relativamente à sua banalidade, exagerando-os, e finalmente livrar o significante da sua canga, para o situar num novo processo de significação”, com a ressalva de que isso se dá entre práticas e posicionamentos discursivos e não entre textos.

Para concluir o percurso desta seção e retornar à tese assumida no início do estudo, penso que seja razoável afirmar que entre o enunciado citado, com todo o escopo discursivo que o condiciona, e o enunciado modificado, haja uma relação parafrástica, em que a ameaça e a punibilidade estão previstas, porém com um intervalo de entonação e convite interlocutivo que transita da repressão para a persuasão. Que, simbolicamente, ambos se equivalham é algo admissível, porém a forma como o fazem é distinta; o segundo possui uma modalização mais amena e aparenta estar mais interessado na mudança definitiva do interlocutor para o que é considerado o bom e o bem. Dito de outro modo: ao se valer do intertexto em foco, o locutor atual o refaz, mesmo estruturalmente, buscando adequá-lo à perspectiva de leitura de mundo ditada pela formação discursiva que o habita, o determina e da qual ele é suporte. Ele é, pois, reunificado por um centro de avaliação, acomodando o diferente

no idêntico e fazendo o outro se dobrar ao mesmo, embora o faça por uma orientação vinda de fora, que o domina e lhe dá o suporte necessário para a ilusão imprescindível de se sentir um ser homogêneo e ficticiamente completo: o eu que impede a patologia insana.

Por ora, é suficiente chamar a atenção para o fato de que foram detectadas, pelo menos, duas formações discursivas na constituição do sujeito produtor do cartaz: uma tecnológica, outra cristã. Aparentemente, até este momento, a primeira é subsumida pela segunda, haja vista a constituição linguística do enunciado e a ênfase colocada em Jesus. Contra artefatos tecnológicos, a persuasão do outro se faria ao sabor do convencimento e da conversão ao princípio religioso do *amar ao próximo como a si mesmo*. Mas já adiante: é preciso desconfiar desse estado de coisas; assumo que, apesar de Cristo aparecer como um argumento de ordem persuasiva para demover a vontade do outro, o nódulo crucial de crença não está postado neste diapasão, mas em outro: à frente, verifico isso.

Não roube, não mate, não morra(1)

Acredito, de novo, ser possível afirmar que o leitor percebe que o cartaz afixado na loja trava uma relação intertextual com outro texto anterior: pela segunda vez. O enunciado *não roube, não mate não morra* não foi criado *ad hoc* em virtude das finalidades interacionais do momento, mas foi recuperado do slogan que, por algum tempo, foi usado com a finalidade de conscientização dos motoristas brasileiros sobre o elevado número de acidentes e mortes ocorridas nas rodovias do país. Que a campanha tenha produzido efeitos radicais é óbvio que não, em virtude do grande número de acidentes fatais que ainda ocorre, principalmente, em momentos de maior tráfego de veículos, provocado pelos feriados ou períodos de férias. Parece que a liberação momentânea ocasionada pela pressão do mundo do trabalho e da atenção ao relógio provoca a tentativa de compensar a liberdade perdida que, pela via do exagero, acaba produzindo um sem número de vítimas.

Em face das condições de produção e da formação discursiva em que está imerso o enunciado “original” *não corra, não mate não morra*, como dito, ambas interessadas na melhoria do trânsito, cujo interesse pedagógico deve ser considerado para a determinação do efeito de sentido pretendido, penso que se possa parafrasear o enunciado citado por algo próximo a: *não ande em alta velocidade, não produza mortes com a tua irresponsabilidade e nem coloque em risco a tua vida e a dos teus*. Por meio do uso imperativo de três formas verbais modalizadas afirmativa/negativamente pelo advérbio *não*, justapostas em enunciados curtos destinados à memorização fácil, e contar com a estratégia do paralelismo sintático para criar um determinado efeito estético sobre o enunciado, caracterizado pela cadência rítmica e prosódica, o enunciado tinha o objetivo de buscar a adesão dos interlocutores, demovendo-os da imprudência e da ilegalidade no trânsito. Em suma: dadas as condições de uso e o espaço de circulação, o enunciado buscava produzir um alerta pedagógico “criativo” junto aos motoristas mais afoitos. Deslocado para outro contexto, o enunciado passou a servir a outros fins, a ser orientado por outra avaliação e a pôr em movimento outra pedagogia.

Na refacção a que é submetido, *não corra, não mate não morra* migra da condição de alerta para a precaução sobre o comportamento no trânsito, para um paradigma de atitudes que se refere à não-violação da propriedade privada, não pondo em risco, em virtude da ação desaconselhável, a vida do outro e a própria. Como afirma Zumthor (1979, p. 121), “A evocação memorial suspende a continuidade do texto e, por sua vez, provoca nela um hiato, mede a distância que engendra um espaço, do qual ela se torna a figura”. Trata-se, em ambos os casos, de evitar pôr em risco a vida, preservando a integridade física das pessoas, mas, enquanto, no primeiro caso, a morte é resultado da imprudência antes do que da premeditação, no segundo, a consequência é altamente predizível. Se é que se pode dizer isso, uma vez que a morte é morte, a primeira parece menos atemorizadora e provável do que a segunda, que faz recrudescer a percepção da violência. Eis, talvez, a razão para o apelo

persuasivo que recorre à divindade para buscar demover o transgressor da vontade delituosa.

Contrariamente ao efeito de sentido explicitado em relação ao texto citado, entendo que, no intertexto, ele equivalha a: *não se aproprie do que não é seu, antes, porque, religiosa e juridicamente, isso é interdito e, depois, pelas consequências que podem advir para o outro, ser morto, ou para si mesmo, morrer*. São duas condições diferenciadas de circulação e duas formações discursivas distintas que ditam o caminho parafrástico substitutivo a ser feito. Penso que a refacção de *não corra* para *não roube* faz a diferença para a escolha do percurso a ser seguido ditado pela primazia do significante, com a imposição decorrente de outra legibilidade do restante do enunciado: se *não corra* determina uma orientação de conduta frente ao modo de conduzir um veículo, *não roube* define outra frente ao que pertence ao outro. Nesse caso, está-se dentro da racionalidade de defesa da propriedade privada.

Assim como ocorre no primeiro caso, o locutor age no sentido de submeter o enunciado que pertence a um discurso a outro, em consonância com uma determinada doxa. Se, no primeiro caso, a máscara de alta tecnologia e vigilância é transformada na de alguém que pretende converter o outro, no segundo, a representação de preocupação com o trânsito problemático é transformada em defesa da propriedade particular, pela injunção de *não roube*, com a argumentação decorrente de que isso pode levar à morte, do assaltado ou do assaltante. Se, por um lado, *não mate* poderia fazer inferir o temor daquele que se antecipa à agressão, por outro, *não morra*, parece ter um viés ameaçador, soando altivo e disposto a fazer frente à afronta. Se *não mate* remete ao agressor e ao dano que ele pode causar, *não morra* o alerta para a resposta que pode obter em face da atitude danosa. Dito de outro modo: se, até então, o discurso era vertido para um tom persuasivo e aconselhador, aqui, na última parte do último enunciado, a entonação passa a repressiva e inibitória. Retornarei à máscara ou imagem de disposição de fazer frente à agressão, porque é crucial para a defesa da hipótese que propus.

Interessa, por ora, frisar que o modo de enunciação que parecia tipicamente conduzir o locutor no rumo do aconselhamento, da persuasão, da argumentação e da entonação suave, no final, adquire outro modo de se portar frente ao outro, alertando-o, de uma forma positiva e contraditória, para a disposição de, repressivamente, confrontá-lo, se necessário. *Não morra* parece ter um único objetivo: criar o efeito de sentido de que, se necessário, o proponente se valerá dos recursos disponíveis para combater a violência. Penso que se poderia pretender que o enunciado não tem esse fim e busca alcançar um público genérico que precisa de conselho, mas que não se esqueça que o cartaz está afixado justamente na porta de um estabelecimento comercial e não é uma campanha pedagógica generalizante. De um tipo de trânsito a outro, eis a segunda refacção intertextual: no bojo, sempre a determinação do modo de conduzir o corpo.

Não roube, não mate, não morra (2)

A terceira relação intertextual efetuada pelo locutor do aviso, talvez a mais evidente e deixada para a última seção, refere-se ao fato de o texto citante retomar parafrástica e ajuizadamente os *Dez Mandamentos*, fazendo referência explícita a dois: *não roubarás* e *não matarás*, embora não se possa esquecer que, ao retomá-los, todos os outros e a formação discursiva a que pertencem retornam de roldão. Decididamente, portanto, o prisma geral de apreciação e de tomada de posição do discurso do aviso parece pretender se colocar no terreno religioso do cristianismo bíblico, comungando com ele as premissas de uma determinada ética de conduta: *amar ao próximo como a si mesmo*.

Entretanto, acredito não poder deixar de notar que a ética que preside à formulação dos *Dez Mandamentos*, de cunho religioso espiritual e interpessoal, migra para outra, que, novamente, diz respeito à propriedade acumulada, à revelia e por desconhecimento da premissa comunitária que preside o discurso cristão. Dizendo de outro modo: é verdade que a injunção a não

roubar e a não matar acaba redundando em consequências objetivas idênticas, mas a razão para evitá-las é justificada em face de outra gama valorativa, pois, enquanto, na religião, a agressão se daria entre as pessoas e os afetos que as alcançam, no segundo, o atentado ocorreria frente aos bens do outro, sua propriedade particular inalienável. Dito de outro modo ainda: do campo da ética religiosa, os mandamentos passam a servir ao modelo econômico vigente e hegemônico.

O efeito de sentido de *não roube, não mate, não morra* poderia ser parafraseado por “não se aproprie daquilo que não te pertence, não mate para fazê-lo e nem se arrisque a perder sua vida”, o que, à luz da ética econômica que preside a elaboração do conselho, estaria justificado, em virtude da compreensão da criminalidade que conduz o infrator. O enunciado estaria trazendo consigo, outra vez, a novidade de exortar o outro a não morrer, o que poderia ocorrer por uma série de razões: em virtude de reação do dono da loja, de prisão do infrator ou de este cometer um assassinato durante o assalto, arcando com as consequências do ato. Creio que sempre seja prudente lembrar que estar encarcerado é, de certa forma, estar morto; ou pior. É necessário lembrar, ainda, que atentar contra a própria vida é também uma forma de atitude repreensível sob a ótica do discurso religioso, já que ninguém, de acordo com ele, goza da prerrogativa de tirar a vida do outro ou de si mesmo.

Constituído pelo e no entrecruzamento do discurso religioso com o discurso econômico do capitalismo liberal, parece (mas só parece – discuto melhor isso adiante) que o locutor do aviso flutua indecisamente entre radicalizar rumo a um polo ou a outro. Embora o discurso da normatização do trânsito tenha sido mobilizado também para a composição da tessitura intertextual, os dois primeiros convivem ininterruptamente e parecem gerar o desequilíbrio sobre qual seria o melhor foco avaliativo de juízo a ser assumido. Material e estruturalmente, não há como negar que o discurso seja religioso; enquanto ponto de vista axiológico, o posicionamento se embaralha e, talvez, apressadamente, fosse necessário definir onde reside o prisma preponderante: no religioso e não no

econômico, já que essa máscara parece preponderar em virtude do número de marcas textuais que tem a seu favor. Volto a esse ponto no final do estudo, já que ele é fundamental e o fio condutor essencial desta reflexão: apenas pretendo que ele permaneça à disposição.

Ao defender que o outro não deve roubar ou matar, o locutor se coloca na esfera do proibitivo e do tabu e o alerta que produz se destina a coibir um comportamento indefensável para o delinquente, derive isso da ética cristã ou da burguesia capitalista. Trata-se sempre de se antecipar à agressão que pode ser desencadeada sobre a vida ou sobre a propriedade particular. O que parece (mas só parece) novo e, enganosamente, sedutor é o alerta de que o outro não deve morrer. À primeira vista, poder-se-ia pensar que o locutor, num gesto de abnegação altruísta, estaria preocupado com a vida do outro, dado que o seu fio de conduta a coloca como direito inalienável do homem. Ele estaria alertando, abnegadamente, para o perigo que uma atitude de roubo e morte poderia trazer, convidando para a resistência à tentação da posse por meio do atentado ao que é do outro. Porém, como já disse, essa entonação humanitária e comovida é sobreposta por outra: ameaçadora, punitiva e injuntiva, que afirma: *não se esqueça de que, ao roubar, você pode matar, mas também pode morrer.*

Em suma: a relação intertextual, neste caso, parece pretender se colocar de vez no terreno religioso, por meio de uma remissão explícita aos *Dez Mandamentos*. Mais do que de reminiscência ou sugestão, o intertexto escancara a sua procedência; mas algo falha, criando um hiato entre o citado e o citante, crucialmente pela recolocação em outra condição de produção. Mesmo que se limitasse a *não roube* e *não mate*, o deslocamento e o desvio teriam ocorrido, mas isso se torna definitivo, quando o performativo ameaçador *não morra* entra em cena, fazendo perceber que outro deve se adequar, não à conduta cristã, mas àquela que paira sobre a propriedade privada. O alerta não deve, portanto, ser lido como uma pregação ou como um convite à conversão aos valores cristãos, mas como uma ordem de retornar ao bom senso da doxa convencional que

delimita os preceitos sobre o ter. O percurso dessa relação entre textos simula ou pretende se colocar sob uma ótica, mas é definitivamente embalado por outro prisma axiológico. Não se trata, finalmente, de não roubar ou matar para atender aos preceitos religiosos, mas, crucialmente, aos econômicos. Com isso, chego à possibilidade de tecer algumas considerações finais: talvez o leitor já tenha sacado quais são elas.

Considerações finais

Começo pelo título do artigo, buscando construir uma resposta para um dos objetivos postos como razão para a realização deste estudo: o lugar de Cristo na era tecnológica atual, principalmente, no que diz respeito ao modo de se conduzir frente à violência. Creio poder afirmar que a resposta alcançada, neste caso, também pelo leitor que me acompanhou até aqui, já tenha sido, de certa forma, antecipada: ela acabou emergindo e até se colocando como imperiosa em face do título escolhido para o texto. Trato, portanto, de frisar, mesmo que provisoriamente, uma hipótese sobre o lugar ocupado pelo filho de Deus dos cristãos na civilização tecnológica atual, crucialmente, sobre o seu papel frente ao mundo açambarcado por artefatos tecnológicos de vigia e de controle da ilegalidade (não só). E acredito que nem preciso dizer muito para fixar um lugar de visada.

Frente aos aparatos de controle e precaução disponíveis hoje para se precaver contra ataques exteriores (porta de ferro, grade, webcam, tranca, sistema de alarme, vários tipos de fechadura, ferrolho – os condomínios fechados, com porteiros contratados e guaritas militares, parecem ser a tentativa derradeira de cartada para garantir a segurança), embora não possam dar mais do que uma ilusão temporária de proteção, Cristo está irremediavelmente colocado como uma voz que se esvai e se torna cada vez menos audível, aparecendo mais como grito de desespero daquele que já não sabe o que fazer, do que como uma entidade sobre a qual se acredita possuir um poder efetivo de confronto contra ameaças do mundo externo. Se o que

o cartaz indica está se tornando um princípio geral (ou já era), o recurso à religião não passa de uma estratégia persuasiva débil, que indica uma atitude esperançosa, mas insegura de que ela possa combater as afrontas e as agressões. Pela pouca fé que, efetivamente, revela e pela pouca certeza na eficácia do recurso a Cristo, o locutor demonstra que acresce à tentativa de evitar a agressão, um sem fim de artefatos de apoio.

E, então, pode-se determinar exatamente qual é o princípio relevante de crença para a solução: a tecnologia. Dito de outro modo: embora o locutor do cartaz faça menção explícita a Jesus e, pois, à religião e se valha dessa iniciativa para tentar demover aquele que intenta uma agressão contra si, a estratégia redundando num mecanismo puramente persuasivo e sem que uma crença mais contundente a caracterize. No fundo, a crença dura dita que apenas artefatos tecnológicos são tidos como realmente eficazes na tentativa de debelar a violência; e não a religião.

Chego, enfim, ao segundo objetivo deste estudo, o qual, como já disse, considero como central para a reflexão efetuada neste estudo: relembro. Apesar de, superficialmente, o sujeito parecer ser um conjunto de máscaras, de vozes, de papéis ou de representações, com um domínio relativamente consciente sobre o que fazer e sobre como agir a cada momento, há um nódulo central ou um núcleo duro (um *hardcore*) de formação que o unifica; há uma formação discursiva radical que o açambarca e o faz reler o mundo em sua pluralidade, submetendo-o aos seus ditames monofônicos de percepção. Isso deve ter ficado bastante evidente no dado tomado como fonte de discussão. Apesar de se apoiar no discurso da religião, das normas de trânsito, da propriedade privada e da prevenção à violência (papéis e máscaras variadas), no fundo e em última instância, o que comanda o núcleo central de formação e de constituição discursiva do sujeito se reduz à defesa da propriedade privada, do revido à violência e do uso da tecnologia como forma de proteger o que lhe pertence: uma dose evidente de capitalismo. Entre a grana e a religião, Cristo fica sem segundo plano: aí está coração do locutor.

Dito de outro modo: embora esteja postado em discursos de origens distintas e colocado em papéis e máscaras

diferenciadas, o sujeito se conduz bastante homoganeamente e a partir de um único prisma avaliativo ideológico. Nesse caso, embora fale de vigília tecnológica, de controle do trânsito, de mandamentos religiosos e de atitudes sobre a propriedade privada (quatro máscaras, quatro vozes, quatro papéis, quatro representações), sendo uma mescla de religião e economia e de tecnologia e de capitalismo, o sujeito acaba sendo encontrado, efetivamente, para além da heterogeneidade aparente, estabelecido fixamente e submetido à parafernália tecnológica de vigia e segurança, com as outras máscaras e imagens entrando a título de argumentação persuasiva e tênue e não de um discurso crido e assumido: eles são apenas a tentativa de persuasão discursiva e simbólica que aparece determinada, em última instância, por outra: central, nodal, crucial e dominante. Para fechar: por mais heteróclito que possa ser o discurso do sujeito, há uma formação discursiva dentre aquelas que são mobilizadas que efetivamente dá o tom, que pode ser determinada como sobredeterminado todas as demais: e é nela que realmente se acha instalado o sujeito e não num conjunto variável e papéis vividos.

Exploro aqui alguns exemplos cujo fim é corroborar a hipótese proposta, seguidos de uma análise breve: a) uma docente, apesar de fazer a crítica ao nepotismo, ao paternalismo, aos privilégios, ao corporativismo e a todas as formas de preferência de uns em detrimento de outros, ao ter problemas com a aprovação do seu afastamento para pós-doutorado, disse aos colegas: *Não teve outro jeito, fui ao reitor e cobre o voto que dei a ele e os corre-corres durante a campanha*. O que isso revela? A docente, de acordo com o enunciado sobre o momento em que algo crucial afetava sua vida, foi em busca justamente de algum tipo de tratamento de preferência. Estaria ela sendo contraditória? Seria contra o fisiologismo e, depois, o reivindicaria para si, criando um paradoxo? Penso que não: é que ela está exatamente no lado de cá e não do lado de lá: o seu hardcore é aquela que não hesita em recorrer a benesses, caso isso seja necessário; b) uma senhora, estando em presença de uma japonesa, amiga do filho, e falando sobre as catástrofes ocorridas no país, dizia que, contra as forças da natureza, não há

o que fazer, que o homem não tem domínio sobre ela e que esses acidentes são fatalidades inevitáveis. Assim que a visita foi embora, o enunciado proferido foi: *É castigo de Deus; eles são ateus, veja: eles são budistas, acreditam num homem gordo e sentado*. De novo: o verdadeiro núcleo de constituição do sujeito em questão está em ver a catástrofe natural que se abateu sobre o Japão como castigo de Deus e não como uma fatalidade. O seu núcleo duro de formação está num ponto e não no outro, embora ela tenha usado máscaras distintas em cada um dos casos; c) outra senhora, conversando com familiares de um dependente químico, dizia que tinha pena dessas pessoas, que não entendia como isso podia acontecer, que era terrível a atividade dos responsáveis por colocar pessoas nessa situação e que elas deviam ser doentes e desumanas. Ao ficar só com os filhos, o discurso mudou para: *Viu o que acontece!!! Não rezam, não vão à igreja, não se apegam em Deus: é falta de oração e de fé*. O comentário poderia ser o redobro daquele feito no caso anterior. Duas máscaras ou representações distintas e vividas em momentos diferentes acabam sendo subsumidas por uma apenas: a da religião.

As desculpas dadas aqui não são mais aceitas e nem apresentadas ali. A condescendência de um momento vira a fonte e o quadro de motivos para tribunalização e a culpabilidade em outro. d) E, por fim, o caso da participação na banca de defesa de uma dissertação de mestrado em que a acadêmica, oriunda da Psicologia, apresentava um trabalho de pesquisa sobre a depressão, buscando fazê-lo sob a ótica da Análise do Discurso (AD). Arguida sobre o fato de que o trabalho assumia que a constituição do quadro depressivo provinha de distúrbios de ordem individual, particular e espontânea e não de fundo ou origem social e que, portanto, a AD parecia pouco relevante para a análise dos dados, o comentário foi: *lá no meu consultório, a AD ajuda muito pouco ou quase nada. Tenho que cuidar de cada um como se fosse único e especial*. Outra vez: apesar do esforço de fazer um trabalho acadêmico situado numa esfera epistemológica, o enunciado acaba revelando que o sujeito está em outro lugar, numa formação discursiva que o determina. São

duas máscaras que estão em conflito com a preponderância de uma delas.

Poderíamos, agora, passar a discutir se o sujeito está crucialmente colocado numa ou noutra das formações discursivas que conflitam nos exemplos, ou seja: talvez a polêmica pudesse estar em determinar se a máscara determinante, no caso estudado, é a capitalista, a religiosa ou a tecnológica; talvez isso rendesse alguma polêmica e algum ganho maior de clareza, no fim, sobre como a formação social de que fazemos parte determina, em última instância, o que somos. Mas entendo que possa considerar bastante razoável que os papéis, as vozes, as máscaras ou as representações vividas pelo sujeito em superfície não se justapõem meramente; há uma relação hierárquica e determinante entre elas. Acredito que seja a isso que Pêcheux (1995) se refere, dentre outras coisas, quando fala em “todo complexo com dominante”, seja tomando como referência uma perspectiva macrosociológica ou uma perspectiva microsociológica não subjetiva.

Referências

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Tradução: Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito*. Revisão e tradução: Eduardo Guimarães. Campinas: Pontes, 1987.

GOFFMANN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Tradução: Maria Célia Santos Raposo. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

JENNY, Laurent. A estratégia da forma. In: *Intertextualidades*. Tradução: Clara Crabbé Rocha. Coimbra: Livraria Almedina, 1979.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução: Eni Pulcinelli Orlandi et al. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1995.

ZUMTHOR, Paul. A encruzilhada dos “Rhétoriqueurs”. In: *Intertextualidades*. Tradução: Clara Crabbé Rocha. Coimbra: Livraria Almedina, 1979.

Recebido em 5 de março de 2012
e aceito em 4 de abril de 2012.

Title: *Christ in the era of Big Brother*

Abstract: *It is well established that the subject is constituted between texts and discourses through intertextual and interdiscursive relations with voices that have preceded it. In studies that focus on this issue, the pendulum points sometimes to the side of me, sometimes to the side of you. In this paper, I aim at making some reflections in order to elucidate a principle that determines the constitution of the subject, directs the game between he and the other and defines the (dis)arrangement produced by the attempt (useless, but necessary) to provide completeness and ensure a singleness principle against the massive heterogeneity, which is typical of subjectivity. This principle refers to the existence of a nodal discursive and ideological formation that submits all the others to its dictates and its own judgmental standards.*

Keywords: *Intertext. Interdiscourse. Singleness. Subject.*